

MENSAGEM Nº 1.670

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JORGE GERALDO KADRI**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Socialista do Sri Lanka e, cumulativamente, na República das Maldivas.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JORGE GERALDO KADRI** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Belém, 12 de novembro de 2025.



EXM nº 617/2025

Brasília, 24 de outubro de 2025.

Senhor Presidente da República,

1 Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JORGE GERALDO KADRI**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Socialista do Sri Lanka e, cumulativamente, na República das Maldivas, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2 Encaminho, anexos, informações sobre os países e o *curriculum vitae* de **JORGE GERALDO KADRI** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal, para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



Documento assinado com Certificado Digital por **Mauro Luiz Lecker Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores**, em 29/10/2025, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego do certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 27457673539823592181420164538



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7102467** e o código CRC **2C141B01** no site:

[https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO N° 1973/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Socialista do Sri Lanka e, cumulativamente, na República das Maldivas.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 17/11/2025, às 18:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7146054** e o código CRC **C287D2F6** no site:
[https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.001123/2025-62

SEI nº 7146054

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL

JORGE GERALDO KADRI

CPF.: [Informações Pessoais]

ID.: [Informações Pessoais]

1956 Filho de [Informações Pessoais]

Dados Acadêmicos:

- 1976 Engenharia de Máquinas pela Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante - EFOMM/CIAGA
1979 Administração de Empresas pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta/RJ
1982 Mestrado em Administração de Empresas e Marketing pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1983 CPCD - IRBr
1992 CAD - IRBr
2005 CAE - IRBr, O Tratamento Especial e Diferenciado, o Mandato de Doha e o Interesse do Brasil

Cargos:

- 1984 Terceiro-secretário
1989 Segundo-secretário
1996 Primeiro-secretário, por merecimento
2001 Conselheiro, por merecimento
2006 Ministro de segunda classe, por merecimento
2010 Ministro de primeira classe, por merecimento
2021 Ministro de primeira classe do Quadro Especial

Funções:

- 1985 Divisão de Processamento de Dados, assessor
1985-86 Divisão de Visitas, assistente
1986-89 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
1989-92 Embaixada em Madri, terceiro-secretário e segundo-secretário
1992-96 Embaixada em Camberra, segundo-secretário e encarregado de negócios
1996-98 Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, assessor
1998-99 Departamento Econômico, assessor
1999-2003 Delegação Permanente em Genebra, primeiro-secretário e conselheiro
2003-05 Embaixada em Assunção, conselheiro
2005-08 Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, chefe
2008 Departamento Cultural, Diretor, substituto
2008-12 Embaixada em Bissau, Embaixador
2012-15 Embaixada em Varsóvia, Embaixador
2015-18 Embaixada em Beirute, Embaixador
2018-19 Inspetoria-Geral do Serviço Exterior, inspetor-geral
2019-20 Inspetoria-Geral e Ouvidoria do Serviço Exterior, inspetor-geral

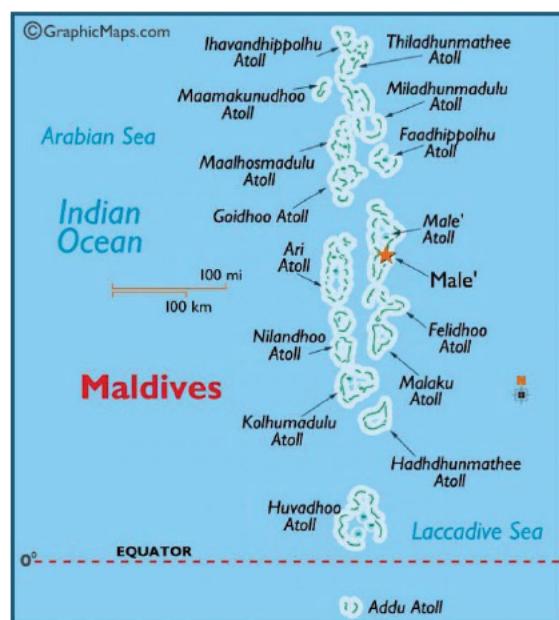
2020-21 Senado Federal, assessor diplomático
2021-22 Ministério do Turismo, chefe de assessoria
2022- Consulado-Geral do Brasil em Sydney, cônsul-geral

Condecorações:

1985 Ordem do Mérito Nacional, França, cavaleiro
1991 Ordem de Isabel, a Católica, Espanha, cavaleiro
2009 Ordem de Rio Branco, Brasil, grã-cruz
2013 Ordem do Mérito Militar, Brasil, grande oficial
2013 Medalha do Pacificador, Brasil
2015 Ordem do Mérito Naval, grande oficial
2016 Ordem do Mérito da Defesa, grande oficial
2018 Ordem do Cedro, grande oficial

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MALDIVAS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Agosto de 2025

DADOS BÁSICOS SOBRE AS MALDIVAS	
NOME OFICIAL:	República das Maldivas
GENTÍLICO:	maldivo(a)
CAPITAL:	Malé
ÁREA:	298 km ²
POPULAÇÃO:	520 mil
LÍNGUA OFICIAL:	diveí
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (religião oficial)
SISTEMA DE GOVERNO:	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral: Conselho do Povo (People's Majlis), composto por 87 membros, eleitos diretamente para mandatos de cinco anos.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Mohamed Muizzu (desde 17 de novembro de 2023)
CHANCELER:	Abdulla Khaleel (desde 30 de setembro de 2024)
PRODUTO INTERNO BRUNO (PIB) NOMINAL (2023):	US\$ 6,69 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2023):	US\$ 14,04 bilhões
PIB PER CAPITA (2023)	US\$ 16.820
PIB PPP PER CAPITA (2023):	US\$ 35.340
VARIAÇÃO DO PIB	4,7% (2024, est.); 4% (2023); 13,9% (2022); 37,7% (2021); -32,9% (2020); 7,3% (2019)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2022)	0,762 (87 ^a posição entre 193 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2022)	81 anos
ALFABETIZAÇÃO (2022)	98%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023):	4,1%
UNIDADE MONETÁRIA:	rúpia maldiva
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há embaixador designado
EMBAIXADOR EM MALÉ:	Sergio Luiz Canaes (cumulativo, não residente)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há informação acerca de brasileiros residentes nas Maldivas, à exceção de 8 nacionais detidos no país.

Fontes dos dados econômicos: FMI, Banco Mundial e PNUD.

Brasil → Maldivas	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio (US\$ milhões)	14,3	15,2	15,1	16,1	9,6	19,8	28,18 (+42%)	25,2 (-11%)	26,3 (+4%)
Exportações	14,3	15,2	15,1	16,1	9,6	19,8	28,18 (+42%)	24,9 (-12%)	26,2 (+5%)
Importações	0,025	0	0	0	0	0,005	0,001 (-80%)	0,3 (-0%)	0,1 (-67%)
Saldo	14,3	15,2	15,1	16,1	9,6	19,8	28,18	24,6	26,1

APRESENTAÇÃO

A República das Maldivas é um pequeno país insular situado no Oceano Índico, a sudoeste da Índia e do Sri Lanka. Compõe-se de mais de 1.190 ilhas, das quais cerca de duzentas são habitadas e ocupam posição estratégica ao longo das principais rotas marítimas no Oceano Índico. Compreendendo um território de apenas 298 quilômetros quadrados, espalhados por 26 atóis, as Maldivas são um dos países mais geograficamente dispersos do mundo, além de ser o menor e menos populoso país asiático. A capital, Malé, é a cidade mais populosa, tradicionalmente chamada de "Ilha do Rei", por sua localização central.

Com altitude média de um metro e meio acima do nível do mar, é o país mais baixo do mundo, e seu ponto natural mais alto situa-se a apenas 2,4 metros acima do nível do mar. Devido à vulnerabilidade das ilhas ao aumento do nível dos oceanos, as autoridades das Maldivas têm desempenhado papel proeminente nas discussões internacionais sobre mudanças climáticas.

O islã, religião oficial, foi introduzido no século XII; até então predominava o budismo, que sucedeu ao animismo. Sultanato desde o século XII, as Maldivas foram um protetorado britânico entre 1887 e 1965, quando de sua independência. Três anos depois, as ilhas adotaram o regime republicano presidencialista.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Mohamed Muizzu

Presidente



Nascido em 1978, em Malé. Concluiu seu bacharelado e mestrado em Engenharia Estrutural pela Universidade de Londres e obteve seu doutorado em Engenharia Civil pela Universidade de Leeds.

Sua carreira política começou em 1998, quando começou a trabalhar no Ministério de Construção e Obras Públicas, como trainee de Planejamento Técnico. Em 2012, assumiu o cargo de Ministro da Habitação e Meio Ambiente, função que manteve por seis anos. Nesta função, ele trabalhou na construção de diversos projetos de infraestrutura, como a Ponte Sinamalé, que conecta Malé até o Aeroporto Internacional Velana e foi a primeira ponte entre ilhas do arquipélago. Muizzu também supervisionou a construção de parques, hospitais, ruas, portos e projetos de esgoto.

Em 2021, foi eleito prefeito de Malé, sendo o primeiro prefeito da capital eleito por meio do voto direto da cidade. Nos dois anos e meio que ocupou a prefeitura, trabalhou para deixar a cidade mais ecológica e melhorar as condições de vida de seus habitantes. Em novembro de 2023, assumiu a presidência com o discurso de garantir a liberdade e segurança dos maldivos, promover os valores do islamismo e trazer desenvolvimento ao país.

Abdulla Khaleel

Chanceler



Nascido em Nilandhoo, em 12/02/1975. Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 30 de setembro de 2024. Antes da nomeação, atuava como Ministro da Saúde, desde 17 de novembro de 2023.

Anteriormente, foi membro do Parlamento, eleito em 2014, e trabalhou como Secretário Geral do Partido Progressista das Maldivas de outubro de 2016 a agosto de 2018.

Antes de iniciar sua carreira política, ocupou vários cargos nos setores público e privado nas Maldivas. Começou sua carreira trabalhando como professor assistente no Centro de Educação do Atol de Faafu. Ao retornar, após concluir o bacharelado na Universidade Islâmica Internacional da Malásia, trabalhou no Conselho de Monitoramento e Avaliação de Empresas Públicas de 2002 a 2004. Após concluir seu mestrado em Administração de Empresas, voltou a servir na mesma agência. Em 2006, ele serviu como Chefe do Atol de Alifu Alifu Atoll e Noonu Atoll até 2008. Foi então nomeado Secretário Geral da Comissão da Função Pública das Maldivas. Durante esse tempo, também lecionou em duas faculdades locais.

Ele é PhD em Políticas Públicas pela Universidade de Brunei Darussalam. Ele contribuiu para iniciativas de desenvolvimento que foram trazidas para sua ilha natal, Faafu Nilandhoo, e conduz regularmente oficinas de capacitação para instituições locais e organizações da sociedade civil.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e as Maldivas estabeleceram relações diplomáticas em setembro de 1988. As relações bilaterais, conquanto amistosas, são pouco densas.

Até 2010, cabia à Embaixada do Brasil em Nova Delhi (Índia) representar cumulativamente o País junto às Maldivas. Desde então, essa atribuição foi transferida para a Embaixada do Brasil em Colombo (Sri Lanka).

O então presidente das Maldivas, Mohamed Waheed, visitou o Brasil em junho de 2012, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20). Paralelamente a essa conferência, o presidente do Parlamento das Maldivas, Abdulla Shashid, participou da I Cúpula Mundial dos Legisladores. Em 2006, esteve no Brasil o ministro do Meio Ambiente, Energia e Água das Maldivas, Ahmed Abdulla, com vistas a participar da 8ª Sessão da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica.

O Brasil e as Maldivas firmaram, em abril de 2013, memorando de entendimento em cooperação esportiva, que corresponde ao primeiro ato bilateral celebrado com o arquipélago. A possibilidade de cooperação em futebol e em vôlei é estimada pelo lado maldivo, uma vez que, diferentemente de outros países da região, onde o críquete predomina, os dois esportes são os mais populares no arquipélago.

O turismo apresenta-se como área potencial de cooperação bilateral, na medida em que as Maldivas constituem polo turístico consolidado e recebem número crescente de turistas brasileiros. Investimentos no setor de hotelaria nas Maldivas poderiam ser proveitosos para empresas brasileiras da área. No passado, o governo maldivo também demonstrou interesse em cooperação na área de repressão a narcóticos.

Em maio de 2022, a chancelaria das Maldivas concordou com proposta brasileira de negociar Acordo Básico de Cooperação Técnica, cuja minuta deverá ser encaminhada em breve, tão logo finalizados ajustes técnicos pela ABC. Também em 2022, o governo brasileiro doou para as Maldivas, em caráter de cooperação humanitária, 80 mil doses de diferentes tipos de vacinas. A operação foi realizada pelo Ministério da Saúde, em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação/MRE.

Em novembro de 2023, o governo recém-empossado das Maldivas solicitou encontro bilateral entre o Presidente Mohamed Muizzu e o Sr. PR à margem da COP 28, em Dubai, mas o encontro proposto não se concretizou.

Assuntos consulares

Os assuntos consulares nas Maldivas são igualmente acompanhados pela Embaixada do Brasil em Colombo. Não há registro de brasileiros residentes nas Maldivas.

Comércio bilateral

Em 2024, a corrente comercial entre o Brasil e as Maldivas totalizou US\$ 26,3 milhões (acréscimo de 4,4% em relação a 2022), sendo US\$ 26,2 milhões exportações brasileiras e apenas US\$ 100 mil importações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil para as Maldivas, historicamente, têm sido carnes de aves (77% em 2024) e bovinas (12%). Por seu turno, a totalidade das importações brasileiras oriundas do país, em 2024, foi de aeronaves e outros equipamentos, incluindo suas partes (99%).

Na série histórica, o saldo comercial entre os dois países é amplamente favorável ao Brasil. Entre 2004 e 2022, o intercâmbio comercial brasileiro com as Maldivas cresceu 30 vezes, passando de US\$ 959 mil para US\$ 28 milhões. O saldo da balança comercial resultou em superávit para o Brasil de US\$ 26,1 milhões em 2024.

Não há registro de investimentos brasileiros nas Maldivas, tampouco de investimentos maldivos no Brasil.

POLÍTICA INTERNA

A República das Maldivas é um estado com população predominantemente muçulmana, da vertente sunita, e caracteriza-se por governo central forte.

As Maldivas iniciaram, em 2003, processo de liberalização política e de reformas democráticas, que incluiu a elaboração de nova constituição, em 2005. As primeiras eleições presidenciais sob sistema multipartidário e com vários candidatos foram realizadas em 2008 e culminaram na derrota do então presidente Maumoon Abdul Gayoom, que dominou o cenário político maldivo de 1978 a 2008, para Mohamed Nasheed, ativista político em temas de direitos humanos e de meio ambiente, preso durante o governo de Gayoom e membro do Partido Democrático das Maldivas (MDP).

Mohamed Nasheed governou de 2008 a 2012, quando renunciou e foi sucedido pelo vice-presidente, Mohammed Waheed Hassan Maniku. Nasheed foi condenado à prisão em 2015, por ter ordenado a prisão do juiz do Tribunal Penal Abdulla Mohamed, simpatizante do regime anterior. No ano seguinte, recebeu asilo no Reino Unido. A segunda eleição democrática ocorreu em 2013 e resultou na vitória de Abdulla Yameen Abdul Gayoom, meio-irmão do ex-presidente Maumoon Gayoom, pelo Partido Progressista das Maldivas (PPM).

Yameen adotou medidas que foram consideradas antidemocráticas, com vistas à centralização do poder, tais como a prisão de opositores políticos; a restrição da liberdade de imprensa e da liberdade religiosa e maior controle sobre o poder judiciário. De fevereiro a março de 2018, vigorou no país estado de emergência, decretado na sequência de distúrbios registrados sobretudo em Malé, em razão da recusa do presidente em obedecer a ordem da Suprema Corte que havia determinado a libertação de oponentes políticos.

Nas eleições de 2018, foi eleito o líder da oposição, Ibrahim Mohamed Solih, pelo MDP, com 58,3% dos votos. Entre seus principais desafios estavam a dívida externa contraída para obras de infraestrutura; a reforma do judiciário; as investigações de possíveis casos de corrupção e abusos de direitos humanos no governo anterior; e a escalada da violência religiosa.

O parlamento maldivo é composto, atualmente, por 93 membros. Em sistema majoritário simples, de acordo com distritos eleitorais, os parlamentares são eleitos diretamente para mandatos de cinco anos.

Nas eleições parlamentares de abril de 2019, o MDP, partido do então presidente Ibrahim Solih, obteve vitória expressiva, ao assegurar 65 dos 87 assentos até então existentes, em votação com taxa de comparecimento de quase 80% do eleitorado maldivo.

Em 2023, foi realizada eleição presidencial nas Maldivas. Mohamed Muizzu, do Congresso Nacional do Povo (PNC, na sigla em inglês), venceu o então presidente, Ibrahim Mohamed Solih, no segundo turno das eleições, em 30/9, e tomou posse em 17/11. Enquanto Mohamed Solih, eleito em 2018, havia promovido uma política externa apelidada de "*India First*", Muizzu adotou o mote de campanha "*India Out*", que consistia em reduzir a presença de tropas indianas no território das Maldivas (entre 50 e 75 pessoas) e equilibrar a balança comercial entre os dois países. Assim como o governo anterior de seu partido (2014-18), Muizzu pretende estreitar laços econômicos e políticos com a China.

Em abril de 2024, eleições parlamentares resultaram na vitória arrasadora do Congresso Nacional do Povo (o partido do Presidente Mohamed Muizzu), que elegeu 70 dos 93 deputados do Parlamento. Para além disso, os partidos aliados do PNC elegeram outros três representantes. Em sentido inverso, o Partido Democrático das Maldivas (MDP), que detinha a maioria dos membros da assembleia legislativa, com 65 deputados, só conseguiu eleger 15 nestas eleições.

O sistema legal maldivo é baseado no sistema legal religioso islâmico, com alguns elementos do direito consuetudinário inglês, principalmente em questões comerciais. O sistema judiciário é composto pela Suprema Corte; pela Corte Alta; por cortes criminais, civis, de família, juvenis e de drogas; bem como por juizados de pequenas causas civis e criminais, em cada ilha habitada. A Suprema Corte é formada por cinco juízes, nomeados pelo presidente e confirmados pelo parlamento.

POLÍTICA EXTERNA

Os temas de mudanças climáticas e de segurança ocupam posição central na diplomacia das Maldivas. Com altitude média de um metro e meio acima do nível do mar, sofre o risco de ser inundada no caso de elevação das águas. Como consequência, as Maldivas têm desempenhado papel relevante em foros multilaterais que tratam de questões relacionadas ao meio ambiente.

As Maldivas também pertencem ao grupo informal dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), importante foro para a articulação das preocupações das Maldivas em relação a temas ambientais. A segurança dos países-membros do grupo é também tópico relevante para as Maldivas, tendo em conta a memória da tentativa de ocupação de Malé, em 1988, por mercenários da etnia tâmil, debelados por forças indianas. O país defende, ademais, o estabelecimento de uma Zona Livre de Armas Nucleares no Sul da Ásia.

As Maldivas tornaram-se membro pleno das Nações Unidas em setembro de 1965. Em 1976, ingressaram no Movimento Não Alinhado (MNA). Participam também da Organização da Cooperação Islâmica (OCI), do G-77, da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS) e da Comunidade de Nações (*Commonwealth*), a qual havia deixado em 2016 e voltou a integrar em 2020.

O país é membro fundador da Associação Sul-asiática para a Cooperação Regional (SAARC), que constitui meio prioritário de inserção regional da política externa maldiva. Na SAARC, o país defende que o bloco tenha agenda mais centrada em temas econômicos e de cooperação, de modo a reduzir a prioridade de questões

políticas, na medida em que estas frequentemente são limitadas pelos impasses indo-paquistaneses.

O Chanceler Abdulla Shahid exerceu o cargo de Presidente da 76ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (mandato 2021-22), após eleger-se em pleito em junho de 2021, com 143 votos favoráveis, do total de 191. Como seu principal desafio à frente do órgão, destacou-se o enfrentamento da pandemia de COVID-19.

O perfil das relações do país com a China e a Índia varia conforme a orientação do chefe de estado e de governo. Durante o governo Yameen, foram intensificados os laços com a China, sobretudo por meio dos investimentos em infraestrutura sob a Iniciativa do Cinturão e da Rota e de negociações de acordo de livre-comércio (FTA). Mais recentemente, as Maldivas também se aproximaram da Arábia Saudita, por afinidades religiosas e ideológicas. A Arábia Saudita abriu sua Embaixada em Malé em 2015 e participou do financiamento de mesquitas, escolas e obras de logística no arquipélago, além de investir crescentemente em complexos hoteleiros de alto padrão.

Durante o governo do presidente Ibrahim Solih, algumas decisões começaram a ser revistas, como o rompimento de relações diplomáticas com o Irã, em 2016, e com o Catar, em 2017. Ele promoveu uma política externa apelidada de "*India First*": em sua gestão, o relacionamento com a Índia foi privilegiado.

O atual presidente, eleito em 2023, adotou o mote de campanha "*India Out*", que consiste em reduzir a presença de tropas indianas no território das Maldivas (entre 50 e 75 pessoas) e equilibrar a balança comercial entre os dois países. Assim como o governo anterior de seu partido (2014-18), Muizzu pretende estreitar laços econômicos e políticos com a China.

Entre 8 e 12 de janeiro de 2024, fez visita de estado à China. Muizzu encontrou-se com seu homólogo Xi Jinping, com Li Qiang, primeiro-ministro, e com Zhao Leji, presidente da Assembleia Nacional Popular. Foi a primeira vez que um presidente eleito das Maldivas visitou a China antes de ir à Índia. Foi, também, a primeira visita de um chefe de estado a Pequim em 2024. Foram assinados 21 acordos que incluem um plano de ação bilateral e instrumentos sobre a continuidade da implementação da Iniciativa "*Belt and Road Initiative*" (nomeadamente através da expansão do aeroporto e do principal porto comercial maldivo), gestão de desastres, economia e tecnologia, infraestrutura, bem-estar, desenvolvimento verde, economia azul e economia digital. Também foi publicado comunicado conjunto à imprensa. Os chefes de estado anunciaram a elevação do relacionamento bilateral à categoria de "parceria estratégica cooperativa abrangente". Pouco depois da viagem e no meio de

polêmica que envolveu insultos de governantes maldivos a Modi e apelos nas redes sociais indianas ao boicote das atividades turísticas no arquipélago, o Presidente Muizzu ordenou a retirada de todos os soldados indianos das Maldivas.

Entre 6 e 10/10/24, o Presidente das Maldivas, Mohamed Muizzu, realizou sua primeira visita de Estado à Índia desde sua posse. A visita teve forte simbolismo no contexto sub-regional, pois marcou a reaproximação entre os dois países após série de estremecimentos e conferiu novo impulso à "*Neighbourhood First Policy*" india, em meio a percepções locais de que a política "*Maldives First*", de Muizzu, pendia para Pequim. Além de encontro bilateral com o PM Modi, em Nova Déli, o presidente maldivo viajou a Mumbai e a Bangalore para participar de Fóruns de Negócios Índia-Maldivas. O simbolismo da visita e seu tom conciliatório foram ilustrados pelo próprio PM Modi. Em conferência à imprensa, o mandatário indiano declarou tratar-se de "novo capítulo do relacionamento bilateral" e reafirmou a posição da Índia como "o país vizinho mais próximo das Maldivas e amigo constante", além de consistente "first responder" para as Maldivas em tempos de crises.

O arquipélago também mantém relações estreitas com o Sri Lanka. O diveí, idioma nacional maldivo, é bastante próximo do cingalês. Além de o Sri Lanka ser o principal destino das exportações maldivas, diversas operadoras do turismo direcionado ao arquipélago baseiam-se em território sri-lankês. O Sri Lanka também é o principal destino de estudantes maldivos, tanto para o ensino fundamental e básico quanto para o superior, e país de origem de dezenas de milhares de trabalhadores que servem à indústria turística. Estima-se que entre oito mil e dez mil maldivos vivam no país vizinho, boa parte dos quais estudantes ou pessoas que necessitam de tratamento médico.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Na década de 1970, o Governo maldivo iniciou programa de estímulo ao turismo, destinado a receber visitantes de alto poder aquisitivo. Com isso, esse setor, juntamente com seus serviços complementares, tornou-se a base do desenvolvimento econômico do país. A infraestrutura hoteleira moderna, aliada à aplicação de legislação rigorosa de combate à poluição e de preservação dos recifes de coral, principal atração do arquipélago, tem permitido a expansão sustentável das atividades turísticas, que atraíram, também, trabalhadores indianos, bangladenses e sri-lankeses, estimados em um terço da população.

A maioria dos quase dois milhões de turistas que visitam o arquipélago anualmente provêm da Índia, Rússia, China, Europa e Japão. Aproximadamente 60% do PIB das Maldivas e cerca de 70% dos empregos estão relacionados ao turismo. O incremento da renda nacional, contudo, não se refletiu em distribuição de riqueza nas mesmas proporções, na medida em que os desníveis socioeconômicos pouco diminuíram nos últimos anos. Segundo o Banco Mundial, o setor de turismo do país demonstrou grande capacidade de recuperação após a COVID, porém a elevada dependência da economia em relação a esse setor expõe o país a risco acentuado decorrente de choques externos.

A pesca também tem lugar de destaque na economia maldiva. É a ocupação mais tradicional e a segunda atividade econômica mais importante para a obtenção de divisas. O governo das Maldivas tem desenvolvido projetos para aumentar a produção e a exportação pesqueiras, principalmente de atum.

O solo pobre, a escassez de terras aráveis e condições climáticas desfavoráveis têm historicamente limitado a atividade agrícola a algumas poucas culturas, tais como coco, banana, fruta-pão, mamão e manga. A maior parte das verduras, frutas e produtos cárneos consumidos internamente é importada.

A crescente demanda por produtos agrícolas tem aumentado a necessidade de incrementar a produção e de organizar a agricultura em escala comercial. O governo maldivo tem adotado medidas para encorajar e ampliar a atividade agrícola, como o controle de pragas, a oferta de serviços de extensão e maior utilização de ilhas desabitadas.

O desenvolvimento da indústria local é dificultado por vários limitadores: pequena dimensão do mercado interno; exiguidade do território; falta de mão de obra qualificada; precariedade da infraestrutura de transporte; isolamento geográfico; e

escassez de matérias-primas. As Maldivas têm buscado atrair investimentos externos, visando a incrementar o setor industrial do país.

A indústria tradicional compreende o artesanato e a fabricação de barcos, peças de vestuário, redes, cordas e utensílios de metal. O setor industrial moderno produz atum em conserva, roupas, tubos de PVC, sabão, móveis e produtos alimentícios.

Devido ao acelerado crescimento dos setores de turismo de luxo e da pesca, as Maldivas rapidamente se tornaram um país de renda média. Sua renda per capita é a mais alta entre os países da SAARC. Além disso, junto com o Sri Lanka, o país é um dos dois únicos países do sul da Ásia com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado elevado. Em razão do aumento da renda, em 2011, as Maldivas foram excluídas da lista de Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDR), de modo que perderam vantagens para a venda de seus produtos em mercados externos.

Entre os desafios econômicos enfrentados pelo país atualmente, o déficit fiscal e a dívida pública são mais prementes. No entanto, a retomada do turismo após o fim da pandemia do COVID-19 tem sido acompanhada de recuperação nas exportações de serviços e aumento da arrecadação, permitindo algum alívio na situação fiscal. Projetos de infraestrutura, financiados principalmente pela China, vêm contribuindo para o aumento do estoque da dívida externa. Ademais, as Maldivas importam a quase totalidade dos produtos de consumo, o que deixa o país vulnerável ao aumento global de valor de commodities e de combustíveis, causando inflação. Em 2023, a inflação foi de 2,9%, representando um crescimento em relação à 2022 (2,3%), 2021 (0,5%) e 2020 (-1,6%).

A provisão de serviços públicos para esparsa população espalhada em mais de 200 ilhas continua a ser desafiadora.

Em 2023, o comércio exterior das Maldivas totalizou US\$ 3,9 bilhões, a maior parte correspondente a importações (US\$ 3,5 bilhões). Os principais destinos das exportações maldivas foram a Tailândia (54%), o Reino Unido (14%), a Alemanha (8%), a França (3,4%) e a Índia (3,2%). As importações maldivas originaram-se, majoritariamente, da Índia (15,6%), de Omã (15%), dos Emirados Árabes Unidos (13%), da China (11,6%) e de Singapura (9%).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1153	Os primeiros habitantes, budistas se convertem ao Islamismo.
1558	Os portugueses estabelecem-se na região, sendo expulsos em 1573.
1887	As Maldivas passam a ser protetorado do Reino Unido.
1932	Elaboração da primeira constituição.
1954	A República é substituída pela Monarquia (governada por um sultão).
1965	Conquista da independência.
1968	O sultanato é substituído pela República.
1968	Ibrahim Nasir é referendado como presidente da República.
1978	Maumoon Abdul Gayoom é referendado como presidente da República.
1983	Reeleição por referendo de Gayoom para 2º mandato presidencial.
1988	Segunda reeleição por referendo de Gayoom para 3º mandato presidencial.
1988	Tentativa de golpe promovida por mercenários do Sri Lanka.
1990	Malé sedia a V Cúpula da Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional (SAARC), em novembro.
1993	Terceira reeleição por referendo de Gayoom para 4º mandato presidencial.
1997	Malé sedia a IX Cúpula da SAARC, em maio.
1998	Quarta reeleição por referendo Gayoom para 5º mandato presidencial.
2003	Quinta reeleição por referendo de Gayoom para 6º mandato presidencial.
2004	São realizadas manifestações inéditas contra o governo.
2004	Governo maldivo promete realizar reformas democráticas.
2004	O tsunami no sul da Ásia causa grande destruição e mortes no país.
2005	Aprovada lei que permite a formação de partidos políticos.
2008	Aprovada a nova constituição do país.
2008	Mohamed Nasheed é eleito Presidente da República.
2009	Eleições parlamentares. Oposição obtém maioria no Parlamento.
2011	Malé sedia a XVII Cúpula da SAARC, em novembro.
2012	Mohammed Nasheed renuncia à Presidência, que passa a ser ocupada pelo então Vice-Presidente, Mohammed Waheed Hassan, em fevereiro.
2013	Abdullah Yameen Gayoom é eleito Presidente da República nas segundas eleições democráticas das Maldivas, em novembro.
2014	Realização de eleições para o 18º Parlamento maldivo, em março. Governo obtém maioria no Parlamento.

2018	Ibrahim Mahamed Solih é eleito presidente nas eleições realizadas em setembro, pelo partido MDP. Toma posse em novembro.
2019	Realização de eleições para o 19º Parlamento maldivo, em abril. Partido do presidente Solih, o MDP obtém maioria dos assentos.
2020	As Maldivas são readmitidas no Commonwealth, que haviam deixado em 2017.
2023	Em eleições realizadas em setembro, Mohamed Muizzu é eleito pelo partido Congresso Nacional do Povo. Toma posse em novembro.
2024	Realização de eleições para o 20º Parlamento maldivo, em abril. Partido do presidente Muizzu, o Congresso Nacional do Povo obtém maioria dos assentos.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

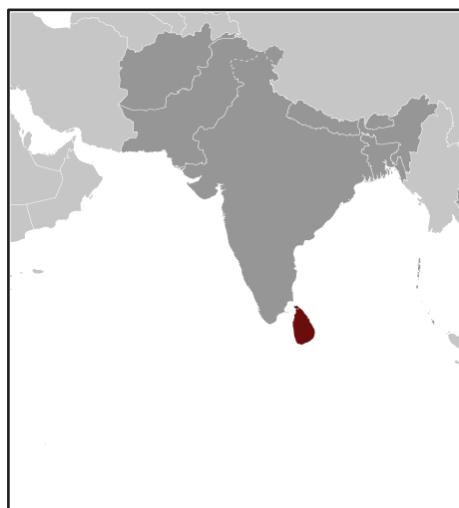
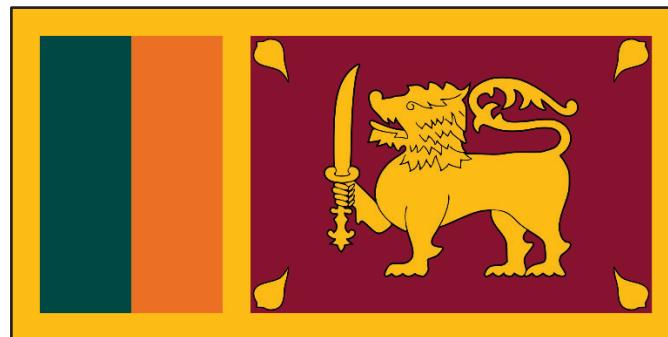
1988	O Brasil e as Maldivas estabelecem relações diplomáticas.
1988	O chanceler Abreu Sodré envia ao presidente José Sarney projeto de decreto criando a Embaixada do Brasil nas Maldivas, cumulativa com a Embaixada em Nova Delhi.
1992	O presidente Gayoom participa da Conferência sobre o Meio Ambiente no Rio de Janeiro (Rio-92).
2003	O Brasil apoia as Ilhas Maldivas em Sessão Substantiva do ECOSOC, em seu intento de permanecer com o status de país de menor desenvolvimento relativo.
2005	Governo maldivo copatrocina o anteprojeto de resolução do G-4 e apoia a candidatura do Brasil a um assento permanente em Conselho de Segurança da ONU ampliado.
2006	O ministro do Meio Ambiente, Energia e Água, Ahmed Abdulla, participa da 8ª Sessão da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada em Curitiba, de 26 a 29 de março.
2010	Encontro do ex-presidente Lula com o presidente maldivo, por ocasião de escala em Malé a caminho da reunião do G-20 na Coreia do Sul.
2012	O presidente maldivo visita o Brasil por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), realizada no Rio de Janeiro.
2013	Assinatura de memorando de entendimento em Cooperação Esportiva, em 4 de abril.
2022	Doação humanitária, pelo Brasil, de 80 mil doses de vacinas para as Maldivas (maio).

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva	04/04/2013	04/04/2013	—

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SRI LANKA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Outubro de 2025

DADOS BÁSICOS SOBRE O SRI LANKA	
NOME OFICIAL:	República Democrática Socialista do Sri Lanka
GENTÍLICO:	sri-lankês
CAPITAL:	Colombo e Sri Jayawardenapura-Kotte (parlamento)
ÁREA:	65.610 km ²
POPULAÇÃO (2021):	22,4 milhões
IDIOMAS OFICIAIS:	Cingalês e tâmil
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	budismo (religião oficial, 70,2%), hinduísmo (12,6%), islamismo (9,7%), cristianismo (7,4%), outras (0,1%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral, Parlamento do Sri Lanka (<i>Shri Lanka Palimenthuwa</i>) com 225 assentos, 196 eleitos e 29 alocados de acordo com a proporção de votos de partidos ou grupos independentes, com mandatos de cinco anos.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Anura Kumara Dissanayake (desde setembro de 2024)
PRIMEIRA-MINISTRA:	Harini Amarasuriya (desde setembro de 2024)
CHANCELER:	Vijitha Herath (desde setembro de 2024)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL:	US\$ 98,96 bilhões (2024); US\$ 83,72 bilhões (2023)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP):	US\$ 342,6 bilhões (2024); US\$ 318,56 bilhões (2023)
PIB per capita:	US\$ 4.300 (2024); US\$ 3.700 (2023)
PIB PPP per capita:	US\$ 14.970 (2024); US\$ 14.070 (2023)
VARIAÇÃO DO PIB:	5% (2024); -2,3% (2023); -7,3% (2022); 3,3% (2021); -3,5% (2020); -0,2% (2019) 2,3% (2018); 6,5% (2017);
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2022):	0,780 (78 ^a posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2022):	76,6 anos
ALFABETIZAÇÃO (2022):	92%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023):	4,7%
UNIDADE MONETÁRIA:	Rúpia
EMBAIXADOR EM COLOMBO:	Sergio Luiz Canaes (desde 2020)
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA:	Chaminda Colonne (agrément concedido em 09/07/25)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 42 brasileiros residentes no Sri Lanka

Fontes: FMI, PNUD.

BRASIL → SRI LANKA Em US\$ milhões	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (jan-set)
Intercâmbio	210	123	78,4	82,3	68	87,1	97,4	116	125,5 (+8%)	119 (+24%)
Exportações	161	66,2	20	21,2	18,3	20,3	20,4	40,1	42,9 (+7%)	51,8 (+50%)
Importações	49	56,7	58,3	61,1	49,7	66,8	77	75,9	82,6 (+8,8%)	67,2 (+10%)
Saldo	112	9,55	-38,3	-40	-31	-46,5	-56,6	-35,8	-39,7	-15,4

APRESENTAÇÃO

O Ceilão tornou-se independente em 4 de fevereiro de 1948, depois de um século e meio sob domínio britânico. Em 1972, o país mudou seu nome para Sri Lanka e converteu-se em República Democrática Socialista. O país insular situa-se na Ásia Meridional, ao sudoeste do Golfo de Bengala e ao sudeste da Índia, da qual é separado pelo Golfo de Mannar e pelo Estreito de Palk.

A posição geográfica estratégica do Sri Lanka no centro das principais rotas marítimas no Oceano Índico definiu a história de influências e ocupações estrangeiras que o país vivenciou, imprimindo marcas profundas na construção de sua sociedade. Desde os tempos antigos, a ilha serviu de entreposto a navegantes e comerciantes gregos, romanos, persas, árabes e chineses. A era das grandes navegações, a partir do século XVI, deu início à colonização da ilha por potências europeias, em busca de especiarias e de outras matérias primas: os portugueses, de 1505 a 1658; os holandeses, de 1640 a 1796; e os britânicos, de 1802 a 1948.

As influências e ocupações estrangeiras contribuíram para a formação de uma sociedade multiétnica, multirreligiosa, multilinguista e multicultural, características que têm implicações sobre o quadro político interno, marcado por períodos de tensões étnico-religiosas.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Anura Kumara Dissanayake (AKD)

Presidente da República



Dissanayaka Mudiyanselage Anura Kumara Dissanayake, comumente conhecido por suas iniciais AKD, é o 10º presidente do Sri Lanka, e tomou posse em 23 de setembro de 2024. Ele é o atual líder do partido Janatha Vimukthi Peramuna (JVP) e do Poder Popular Nacional ("National People's Power" - NPP).

O presidente, líder de partido de orientação marxista, logrou formar coalizão ampla depois de obter apenas 3% dos votos nas eleições de 2019. Nas eleições de 2024, adotou a luta contra a corrupção como tema central de seu discurso. Sua vitória é resultado do apoio nas faixas etárias mais jovens do eleitorado e representa a afirmação do desejo de mudança, após a gravíssima crise do país em 2022, considerada por grande parte dos eleitores produto da corrupção generalizada no governo. Em 24 de setembro, Dissanayake nomeou a deputada Harini Amarasuriya como primeira-ministra, a terceira mulher a ocupar o cargo. No mesmo dia, ele dissolveu o 16º Parlamento do Sri Lanka e convocou eleições legislativas para novembro.

Dissanayake participa do JVP desde seus tempos de escola e foi ativo na política estudantil na universidade antes de ingressar no politburo do JVP em 1995. Ele é membro do parlamento desde setembro de 2000, tendo sido nomeado pela lista nacional ou eleito. Dissanayake serviu como Ministro da Agricultura, Pecuária, Terras e Irrigação de 2004 a 2005 e Chefe da Oposição de 2015 a 2018. Ele foi nomeado líder do JVP na 17ª Convenção Nacional do partido, realizada em 2 de fevereiro de 2014.

Ele nasceu em 24 de novembro de 1968 na vila de Galewela, Sri Lanka. Formou-se em 1995 com um diploma de Bachelor of Science.

Doutora Harini Amarasuriya

Primeira-Ministra



Harini Nireka Amarasuriya é socióloga, acadêmica, ativista e política do Sri Lanka. Atua como primeira-ministra desde 2024. Ela também foi nomeada Ministra da Educação, Ensino Superior e Educação Profissional.

Amarasuriya nasceu em Galle, em 6 de março de 1970. Posteriormente, sua família mudou-se para Colombo, onde ela frequentou o Bishop's College, com um ano nos Estados Unidos como estudante de intercâmbio. Ganhou uma bolsa do governo indiano para estudar Sociologia no Hindu College, de 1991 a 1994, graduando-se com um diploma de sociologia pela Universidade de Delhi. Após seu retorno da Índia, foi agente de saúde comunitária na Nest Sri Lanka, trabalhando com crianças afetadas pelo tsunami. Cinco anos depois, obteve um Mestrado em Antropologia Aplicada e de Desenvolvimento pela Macquarie University, seguido por um PhD em Antropologia Social pela Universidade de Edimburgo.

Depois de passar uma década como acadêmica na Universidade Aberta do Sri Lanka, onde participou da Federação das Associações de Professores Universitários em ações sindicais, Amarasuriya foi nomeada pelo partido Poder Popular Nacional (NPP) como Membro da Lista Nacional do Parlamento em 2020.

Vijitha Herath

Ministro dos Negócios Estrangeiros



Herath Mudiyanselage Vijitha Herath foi nomeado Ministro das Relações Exteriores em novembro de 2024. Ele é membro do Parlamento (MP) pelo distrito de Gampaha desde 2000. Nas eleições parlamentares do Sri Lanka de 2024, Vijitha Herath estabeleceu um recorde ao receber 716.715 votos em Gampaha, o maior número já obtido por um candidato na história eleitoral parlamentar do Sri Lanka.

Ele nasceu em 1º de maio de 1968 e obteve o título de Bacharel em Ciências pela Universidade de Kelaniya. Ele ocupou vários cargos de gabinete ao longo de sua carreira política. Ele serviu brevemente, de setembro a novembro, no Primeiro Gabinete Dissanayake, como Ministro em diversas pastas. Além disso, ele serviu como Ministro de Assuntos Culturais e Patrimônio Nacional de 2004 a 2005, com foco na preservação da herança cultural do Sri Lanka.

Chaminda Colonne
Embaixadora do Sri Lanka em Brasília



Chaminda Colonne é bacharel em Ciências pela Universidade de Colombo. Ingressou na carreira diplomática em 1998. Foi embaixadora na Tailândia e, cumulativamente, no Camboja e Laos, além de Representante Permanente na Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (UNESCAP). Anteriormente, serviu como Diretora-Geral da Divisão da América Latina e do Caribe na Chancelaria local.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Sri Lanka foram estabelecidas em 22 de janeiro de 1960, de modo que celebraram o 65º aniversário em 2025. A embaixada do Sri Lanka em Brasília, primeira representação daquele país na América do Sul, foi inaugurada em 2001. A embaixada do Brasil em Colombo foi inicialmente aberta no período de 1961 a 1967 e teve suas atividades retomadas em dezembro de 2007.

A mais recente visita de alto nível deu-se em 2013, quando veio ao Brasil o ministro dos Negócios Estrangeiros sri-lankês, professor Gamini Lakshman Peiris (que, entre 2021 e meados de 2022, ocupou o cargo novamente). O então ministro Antonio Patriota fez visita a Colombo em 2011, oportunidade em que firmou memorando de entendimento para criação de mecanismo de consultas políticas, com vistas à realização de reuniões periódicas sobre temas bilaterais, regionais e multilaterais. Os presidentes Michel Temer e Maithripala Sirisena encontraram-se à margem da VIII Cúpula do BRICS, realizada em Goa, Índia, em 2016.

Estão em vigor acordos bilaterais nas áreas de (i) cooperação técnica; (ii) exercício de atividade remunerada por dependentes de pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico; (iii) isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço; e (iv) acordo sobre serviços aéreos. Foi negociado memorando de entendimento para cooperação entre academias diplomáticas em 2023, a ser firmado após análise legal do MFA.

A I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas entre o Brasil e o Sri Lanka foi realizada em 28 de novembro de 2022, em formato virtual. Na ocasião, examinou-se o andamento da negociação de acordos nas áreas de cooperação educacional, cooperação em defesa e tratamento de informações classificadas, cooperação jurídica (transferência de pessoas condenadas) e cooperação no combate a ilícitos transnacionais.

Espera-se poder realizar a II Reunião no 1º semestre de 2026.

Na área de cooperação técnica, dois técnicos sri-lankeses participaram de capacitação em produção de caju em unidade da Embrapa, em Fortaleza, em 2013.

Entre os dias 10 e 22 de junho de 2023, foi realizada missão de cooperação técnica ao Sri Lanka na área de agricultura familiar, nos temas de criação de gado leiteiro e cultivo de cana-de-açúcar. As instituições brasileiras participantes foram, respectivamente, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A delegação, composta por membros da ABC, Professores

Doutores da UFSCar e da UFV foram às cidades de Colombo, Kandi, Kurunegala e Udalawale. A equipe realizou o diagnóstico técnico do *Sugarcane Research Institute* (SRI) e buscaram formas de aumentar o rendimento da cana-de-açúcar sri-lankesa. Em Kandi, Kurenegala e Udalawale, o diagnóstico técnico foi realizado com o enfoque na produção de gado leiteiro. Na capital, a equipe se encontrou com os Ministros de Estado de (1) Indústrias da Plantação, (2) Agricultura e (3) Negócios Estrangeiros. Nesses encontros, foi demonstrado grande reconhecimento pela cooperação técnica oferecida e o interesse de aprofundar mais o intercâmbio entre os países.

Em 2009, o governo brasileiro doou US\$ 900 mil ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para apoio a deslocados internos do Sri Lanka, em decorrência da guerra civil terminada em maio daquele ano. A fim de atender a demanda decorrente de séria crise de desabastecimento, inclusive de remédios e outros itens médico-hospitalares, o Brasil realizou, em junho de 2022, a pedido do Sri Lanka, oferta de doação humanitária. Em maio de 2023, as remessas de suprimentos chegaram ao Sri Lanka, totalizando 10.000 frascos de 10 ml de insulina humana regular e 8 milhões de ponteiras de polipropileno. No dia 17 de maio, foi realizada uma cerimônia simbólica da doação no Ministério de Assuntos Estrangeiros do Sri Lanka, que contou com o Ministro sri-lankês, Tharaka Balasur, e o Embaixador Sergio Luiz Canaes.

É fluida a cooperação entre as Forças Armadas dos dois países, sobretudo entre os exércitos. O Brasil tem regularmente enviado ao Sri Lanka, e recebido desse país, oficiais e militares para treinamentos conjuntos. Em setembro de 2012, o então chefe do Estado-Maior-do-Exército, general Joaquim Silva e Luna, visitou o Sri Lanka, onde tratou de propostas de cooperação entre as Forças Armadas. O então secretário da Defesa Gotabaya Rajapaksa visitou o Brasil em janeiro de 2014. À luz do interesse do Sri Lanka em assinatura de acordo-quadro em matéria de defesa, o Ministério da Defesa apresentou minuta em novembro de 2020. Contraproposta foi enviada em junho de 2025 para análise do Brasil.

Missão da Polícia do Sri Lanka participou de curso da Polícia Federal em Brasília, em maio de 2012. Em dezembro de 2020, foi encaminhada à Embaixada do Sri Lanka proposta de memorando de entendimento entre a Polícia Federal e sua homóloga sri-lankesa para cooperação no combate ao crime organizado, em resposta a interesse daquele país. O Inspetor Geral da Polícia do Sri Lanka manifestou, em dezembro de 2021, interesse em estabelecer cooperação com as forças policiais brasileiras, em especial, a Polícia Federal, para combate ao tráfico internacional de entorpecentes.

Outros temas de interesse para cooperação bilateral suscitados pelo Sri Lanka têm sido: (i) energia renovável e preservação do meio ambiente, particularmente de florestas tropicais; (ii) educação (fundamental e técnica); (iii) saúde (saúde familiar, primeiro atendimento, doenças tropicais – como dengue e chikungunya – e fabricação de soro antiofídico).

Em outubro de 2022, no âmbito da 51^a sessão do CDH, o Brasil se absteve na votação da resolução do CDH sobre a situação de direitos humanos no Sri Lanka, inclusive reparações relativas ao conflito civil que durou até 2009, apresentada por Alemanha, Canadá, Reino Unido e outros países, alterando o voto favorável anterior. A abstenção do Brasil foi muito apreciada pelo governo sri-lankês, que considerava o documento parcial.

Em 3 de março de 2023, foi realizado encontro do ME com o Ministro de Negócios Estrangeiros do Sri Lanka, Ali Sabry, na sequência da reunião de Chanceleres do G20, em Nova Delhi. A reunião teve como principais temas questões de direitos humanos no Sri Lanka, a necessidade de reforma no sistema de governança global e as oportunidades de investimentos em infraestrutura logística no país do sul da Ásia.

Em agosto de 2023, o Embaixador do Brasil manteve encontro com o Chanceler Ali Sabry. Na ocasião, o Chanceler mostrou seus apreços pela missão técnica da ABC, interesse em retomar o Memorando de Entendimento entre as academias diplomáticas e informou que os acordos na área de defesa e de confidencialidade de dados estão em suas fases finais.

Acordos em Negociação

Há nove atos bilaterais em negociação, em diferentes estágios de tramitação:

Acordo pronto para assinatura:

- Memorando de Entendimento entre Academias Diplomáticas

Acordos em negociação:

- **Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas (TPC):** A contraproposta sri-lankesa de texto foi remetida à apreciação do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), que enviou

contraproposta, submetida ao Posto, para avaliação de Sri Lanka, que aceitou a contraproposta. Foi realizada consulta ao MJSP em 01/04/25.

- **Acordo de Cooperação Educacional:** É antigo o interesse do Sri Lanka em contar com instrumento formal que lhe permita enviar candidatos à seleção efetuada pelos Programas de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG). Em 2014, o Ministério dos Negócios Externos do Sri Lanka e a Embaixada daquele país em Brasília apresentaram contraproposta ao texto básico do acordo que havia sido sugerido pelo Brasil. Após várias propostas e contrapropostas, em 05/06/25, a Embaixada do Sri Lanka enviou texto para análise do Brasil. O texto está hoje sob análise do MEC.
- **Acordo sobre Cooperação em Defesa:** em 05/06/25, a Embaixada do Sri Lanka enviou contraproposta para análise do Brasil. A contraproposta está hoje em análise do MD e do GSI.
- **Acordo de Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas:** Em 07/05/25, a Embaixada do Sri Lanka enviou contraproposta, que está hoje sob análise do GSI.
- **Memorando de Entendimento sobre cooperação no combate aos crimes transnacionais:** contraproposta sri-lanquesa está hoje sob análise do MJ.
- **Memorando de Entendimento sobre cooperação cultural:** Proposta do Sri Lanka está em análise no MinC.
- **Protocolo de Intenções sobre cooperação em Medicina Tradicional e Ayurveda:** A proposta de Protocolo de Intenções sobre cooperação em Medicina Tradicional e Ayurveda foi aventada inicialmente em 2009 e foi encaminhada ao Ministério da Saúde em 2011 e em 2013. Após um longo período, a Embaixada do Sri Lanka voltou a consultar sobre o assunto, em 2019 e em 2024, demonstrando seu grande interesse no assunto. MSAUDE respondeu positivamente, transmitindo áreas de interesse.
- **MdE sobre Intercâmbio Acadêmico entre a Universidade de Brasília (UnB) e as Universidade de Kelaniya e Universidade Budista e Pali para o estabelecimento de curso de escrituras pali e budista na UnB.** O assunto teria começado por iniciativa da UNB, em

2019, e aquela Universidade teria indicado a intenção de fornecer modelo de documento a ser firmado, em 2020. Não foram localizados registros sobre eventual evolução de negociações. Proposta reenviada por NV da Embaixada do Sri Lanka foi transmitida à UnB, que sinalizou interesse na cooperação, mas não mencionou tópicos específicos. Será solicitado ponto focal do Sri Lanka para tratar diretamente desse assunto com a UnB.

Comércio bilateral

O intercâmbio bilateral entre o Brasil e o Sri Lanka, após alcançar patamar recorde de US\$ 210 milhões em 2016, sofreu intensa queda, motivada pela suspensão das exportações brasileiras de açúcar. O fluxo era tradicionalmente superavitário para o Brasil até 2017. O açúcar brasileiro é considerado competitivo naquele mercado, em comparação com o produto originário da Índia, principal fonte das importações do Sri Lanka. Em 2023, contudo, o Brasil voltou a exportar açúcares ao mercado sri-lankês, o que aumentou positivamente as exportações brasileiras e diminuiu o déficit da balança comercial.

Em 2024, a corrente de comércio foi de US\$ 125,5 milhões (aumento de 8,2% com relação a 2023), as exportações alcançaram US\$ 42,9 milhões (aumento de 7%), e as importações registraram US\$ 82,6 milhões (aumento de 8,8%), o que gerou déficit de US\$ 39,7 milhões para o Brasil.

A pauta exportadora, em 2024, compôs-se de: açúcares e melaços (29%); papel e cartão (26%); borrachas sintéticas (17%); outros minerais em bruto (5,3%); tecidos de algodão (4,7%); tabaco em bruto (4,3%); produtos da Indústria de Transformação (4%). As importações foram, principalmente, de: artigos de vestuário e seus acessórios de outros tecidos (26%); pneus de borracha (22%); casacos femininos e infantis (14%); acessórios de tecidos têxteis (9,7%); vestuários de tecidos têxteis (6,7%).

A empresa nipo-brasileira de call centers, Brastel, tem operação em Colombo desde 2008, sendo um caso pioneiro de investimento brasileiro de sucesso no Sri Lanka. Nao há registros de investimentos diretos sri-lankeses no Brasil.

POLÍTICA INTERNA

A República Democrática Socialista do Sri Lanka é estado unitário, com sistema de governo presidencialista. A constituição do país, de 1978, confere à religião budista status privilegiado.

O presidente é eleito diretamente para mandato de cinco anos e ocupa as funções de chefe de estado, chefe de governo e comandante-em-chefe das Forças Armadas. O primeiro-ministro, indicado pelo presidente entre os membros do Parlamento, exerce funções de coordenação do gabinete de ministros, além de sucessor do presidente.

O sistema legislativo do Sri Lanka é unicameral, com 225 membros eleitos por sufrágio universal, sendo 196 eleitos em 22 distritos eleitorais e os outros 29 membros alocados para os partidos políticos ou grupos independentes em proporção aos votos recebidos em nível nacional, todos para mandatos de cinco anos.

O poder judiciário é composto pela Corte Suprema, Corte de Apelações, Cortes Altas, Cortes dos Magistrados e cortes municipais e primárias. A Corte Suprema da República, com jurisdição exclusiva para rever a legislação, é composta pelo Ministro da Justiça e por outros nove juízes. O Ministro da Justiça é indicado pelo Conselho Constitucional, órgão consultivo de alto nível com nove membros, e designado pelo presidente da República. Os outros juízes da Corte Suprema são indicados pelo Conselho Constitucional e designados pelo presidente, aconselhado pelo Ministro da Justiça.

Após a vitória das Forças Armadas sobre os Tigres da Libertação do Tâmil Eelam (LTTE), em 2009, que pôs fim à longa guerra civil entre Colombo e os rebeldes tâmeis (1983-2009), o governo sri-lankês deu prioridade ao retorno de cerca de 600 mil deslocados internos e à reconstrução da infraestrutura do país, deteriorada por décadas de conflito. Como medidas imediatas, buscou-se restaurar direitos fundamentais e liberdades civis, bem como promover o estado de direito. O país também buscou fortalecer suas credenciais democráticas, por meio de reformas, como a criação de uma assembleia constituinte, a transferência de poderes do presidente para o primeiro-ministro, o direito à informação e a criação de comitê para a busca de pessoas desaparecidas no conflito civil.

Gotabaya Rajapaksa, membro do Partido do Povo do Sri Lanka (SLPP), de viés nacionalista, presidiu o país entre novembro de 2019 e julho de 2022, quando renunciou ao cargo, após deixar o país. Sua renúncia foi decorrente dos intensos protestos que eclodiram entre o final de março e o início de abril de 2022.

Entrou em vigor, em outubro de 2020, emenda constitucional que pôs fim ao modelo político de maior descentralização do poder entre o Executivo e o Legislativo,

vigente desde 2015. A reforma constitucional de 2020 promoveu retorno à centralização do poder na figura do executivo presidencial, tal como desenhada pela Constituição de 1978. Em termos práticos, a mudança permitiu ao presidente indicar o primeiro-ministro e respectivo gabinete, bem como os juízes das cortes superiores, o advogado geral, os chefes de instituições governamentais, da polícia e das Forças Armadas, sem necessidade de consulta prévia, a não ser em casos que requeiram aprovação do conselho parlamentar, formado por sua própria indicação como presidente. Ademais, o presidente pode dissolver o parlamento após dois anos e meio de mandato, em vez dos quatro anos e meio previstos anteriormente. Sob o regime anterior, tais prerrogativas constitucionais eram do parlamento.

A reforma constitucional de 2020, contudo, está sendo revista após a crise política deflagrada em abril de 2022. Nova emenda constitucional em discussão atualmente (Emenda 22) busca restaurar o equilíbrio de poderes entre a presidência e o parlamento.

Em julho de 2022, após a renúncia de Rajapaksa, o então primeiro-ministro, Ranil Wickremesinghe, assumiu interinamente a presidência e foi efetivamente eleito presidente pelo Parlamento, para ocupar o cargo até o final de 2024. No mesmo mês, ele deu posse, como novo primeiro-ministro, a Dinesh Gunawardena, veterano político do SLPP (mesmo partido dos Rajapaksa). Os outros membros do gabinete foram reconduzidos aos respectivos cargos. O único destituído foi o chanceler Gamini Peiris, por ter apoiado outro candidato à presidência do país. Peiris foi substituído por Ali Sabry (também do SLPP), ex-ministro da Justiça e das Finanças na administração Rajapaksa. Embora tenha sido eleito por confortável maioria parlamentar, Wickremesinghe foi visto, inicialmente, com desconfiança pela opinião pública, em razão de sua proximidade com a família Rajapaksa. Ante o cenário político-econômico conturbado, repercutiram os episódios de repressão a manifestantes acampados em área contígua ao Palácio Presidencial, em julho do mesmo ano.

Em fevereiro de 2023, por ocasião de Sessão Solene de Abertura do Parlamento, houve grande protesto organizado pelos monges budistas do Sri Lanka, em marcha que pretendia chegar à sede do Parlamento, mas que foi barrada pela polícia alguns quilômetros antes. As autoridades budistas manifestaram mais uma vez, e de forma contundente, seu desagrado com a intenção do Presidente de implementar totalmente a 13a Emenda à Constituição. A referida Emenda, de 14 de novembro de 1987, foi adotada em meio a certa pressão internacional, especialmente por parte da Índia. Tem como ponto central a delegação de poderes de polícia e agrários a autoridades regionais, o que dificulta a sua aceitação pelos setores mais nacionalistas

singaleses, inclusive os monges budistas. Para os nacionalistas, essa delegação de poderes poderia proporcionar indesejável autonomia a certas províncias com maioria tamil ou muçulmana. Por essa razão, passados 36 anos, a Emenda ainda não foi completamente implementada.

Em 21 de setembro de 2024, Anura Kumara Dissanayake (AKD), da coligação partidária "National People's Power" (NPP), ganhou a eleição presidencial de Sri Lanka, com 42% dos votos, e tornou-se o nono Presidente Executivo do Sri Lanka. O segundo colocado, Sajith Premadasa (SJB), obteve 32%. O Presidente Ranil Wickremesinghe ficou em terceiro lugar, com 17%. A eleição, a primeira após a grande crise política, econômica e social de 2022, ocorreu de forma pacífica, não tendo sido registrado qualquer incidente.

AKD tornou-se líder do partido marxista "People's Liberation Front" (JVP) em 2014. O JVP, acusado de cometer atrocidades ao tentar tomar o poder durante a guerra civil, não contava com apoio popular, tendo conseguido apenas 3% dos votos na eleição de 2019. A partir daquela data, AKD começou a formar coalizões com outros partidos de esquerda, suavizou a retórica e adotou a luta contra a corrupção como tema central de seu discurso. Embora se trate de partido de esquerda, o NPP não é considerado marxista. Sua vitória representa a afirmação do desejo popular de mudança, uma vez que os políticos "tradicionalis" parecem ter esgotado seu apelo junto à população sri-lanquesa, especialmente após a falência do país em 2022, largamente considerada produto da corrupção generalizada no governo.

Os esforços empreendidos pelo Presidente Wickremesinghe na recuperação pós-crise parecem não ter sido suficientes para convencer o eleitorado. Sajith Premadasa, por outro lado, embora líder da oposição, tende a ser visto como "mais do mesmo" por sua trajetória política. AKD apareceu, então, como uma tentativa de modificar e aprimorar, na condução da política local, os mecanismos até agora prevalecentes.

Digno de nota foi o fraco desempenho do partido da família Rajapaksa, o SLPP. Seu candidato, Namal Rajapaksa, escolhido às vésperas da eleição, teve votação pífia - 2.5% dos votos.

Nas eleições parlamentares de 14 de novembro de 2024, o partido do Presidente Anura Kumara Dissanayake – NPP - obteve espetacular vitória. Conquistou 159 dos 225 assentos do Parlamento, o que lhe proporciona confortável maioria de 2 terços. O NPP sagrou-se vitorioso em 21 dos 22 distritos eleitorais do Sri Lanka. Em segundo lugar, com 40 assentos, ficou o SJB de Sajith Premadasa. Um dos partidos de representação tamil, o ITAK, ficou em terceiro, com 8 parlamentares eleitos. o SLPP,

partido dos Rajapaksa, que tinha maioria no governo passado, obteve apenas 3 vagas no atual Parlamento. A vitória do NPP demonstra, mais uma vez, a firme confiança do eleitorado em ADK e a esperança de que ele possa cumprir suas promessas de campanha, que incluem, entre outras, a extinção da presidência executiva e do Prevention of Terrorism Act (PTA).

POLÍTICA EXTERNA

No plano regional, o país é parte da Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional (SAARC), da Iniciativa da Baía de Bengala para Cooperação Técnica e Econômica Multissetorial (BIMSTEC), do Acordo de Livre Comércio do Sul da Ásia (South Asian Free Trade Area – AFTA) e do Programa Sul-Asiático de Cooperação Ambiental.

Sri Lanka - Índia

A proximidade geográfica entre o Sri Lanka e a Índia, separados por uma distância marítima de apenas 31 quilômetros, contribui para um relacionamento bilateral intenso. Os dois países mantêm acordos de cooperação em várias áreas, como defesa, livre comércio, investimentos, petróleo, aviação comercial e construção de ferrovias. Em 1998, foi assinado acordo bilateral de livre comércio, o primeiro firmado pelo Sri Lanka. Estão em curso negociações com vistas à ampliação desse acordo. A Índia é a segunda maior origem das importações sri-lankesas, após a China (cerca de 21% do total importado pelo país, conforme dados de 2024). Diante da crise político-econômica no Sri Lanka, a Índia adotou posicionamento discreto. A ênfase indiana recaiu sobre apoio econômico e financeiro, o que poderia ser tentativa de recuperar terreno perdido para a China nos últimos anos. É inegável o interesse que a Índia tem na recuperação do Sri Lanka, país com o qual mantém vínculos multi-dimensionais (religião, etnias, migrações), além da óbvia proximidade geográfica.

De 15 a 17 de dezembro de 2024, o Presidente Anura Kumara Dissanayake realizou visita oficial à Índia. Tratou-se da primeira viagem oficial desde que assumiu a presidência. A visita despertara muito interesse na opinião pública local por conta da firme postura anti-Índia do partido de origem de ADK, o JVP, e foi vista como uma demonstração de maturidade democrática em prol dos interesses do país, na medida em que reconhece a importância de manter e fortalecer as relações entre os dois

países. Ademais, AKD teria dado sinais, durante a campanha, no sentido de não dar continuidade aos acordos e projetos entre o Sri Lanka e a Índia iniciados pelo governo anterior. Confirmou, no entanto, que não pretende desfazer-se de acordos anteriores, mas sim estabelecer prioridades e levar a cabo todos os projetos pendentes. Entre outros, informou ter decidido avançar no "Economic and Technical Cooperation Agreement (ETCA)", postura que rendeu a AKD efusivos elogios do seu mais contundente crítico, o ex-Presidente Ranil Wickremesinghe, e da oposição em geral. Durante sua visita, AKD teria reiterado o desejo, antes formulado por Wickremesinghe, de o Sri Lanka vir a fazer parte do BRICS. Segundo a imprensa local, alta autoridade da Índia teria indicado, no entanto, que ainda não seria o momento adequado para tanto. De modo geral, a visita teria sido bastante positiva, tendo atingido seus objetivos.

Em julho de 2023, o então Presidente Wickremesinghe também havia realizado visita oficial à Índia. Foi sua primeira visita àquele país desde a sua eleição, em julho de 2022. Foi recebido pela Presidente Droupadi Murmu e pelo Primeiro-Ministro Narendra Modi, com quem manteve intensas conversações. A visita teve por objetivo principal a discussão sobre as relações econômico-comerciais entre os dois países, especialmente em momento em que o Sri Lanka ainda se encontrava em situação de crise. A Índia tem sido uma das principais fontes de ajuda externa a este país, tendo prestado assistência, até aquele momento, no montante de cerca de US\$ 4 bilhões. Nesta oportunidade, os países firmaram uma série de tratados de energia, desenvolvimento e trocas. Ambos estão estudando a implementação da rupia como moeda de transação local no Sri Lanka e também a construção de uma ponte entre os países. Esta aproximação preocupa a China e coloca o Sri Lanka como uma zona de disputa de influência entre Beijing e Nova Delhi.

Sri Lanka - China

A China, por sua vez, além de ser o principal parceiro comercial e investidor (em estoque) no Sri Lanka, respondia pelo segundo maior fluxo de turistas para o país antes da pandemia. Em 2021, porém, o número de visitantes chineses caiu vertiginosamente, ficando atrás de países como Índia, Rússia, Reino Unido, Alemanha e Ucrânia. Ampliaram-se as relações com a China na presidência de Mahinda Rajapaksa (2005-2015), como exemplifica a concessão chinesa para construção do porto de Hambantota, no sul do Sri Lanka (importante para Pequim, especialmente no que se refere à segurança de seus suprimentos de petróleo por via marítima). O governo seguinte, de Maithripala Sirisena, não conseguiu arcar com os custos e teve de

transferir também o controle operacional do porto à China, por um período de 50 anos. Colombo manteve a prerrogativa de proibir qualquer atividade militar chinesa na região de Hambantota. Destacam-se, ainda, os investimentos chineses para a construção da Colombo Port City, que faz parte de projeto de aterramento de área adjacente ao porto de Colombo.

De 14 a 17 de janeiro de 2025, o Presidente Anura Kumara Dissanayake esteve em visita oficial à China. Entrevistou-se com o Presidente Xi Jinping, com o Primeiro-Ministro Li Qiang e com o Presidente da Assembleia Nacional Popular Zhao Leji. Embora não tenha despertado, na imprensa local, o mesmo nível de interesse da viagem à Índia, a visita à China teve avaliação muito positiva, tendo sido considerada mais um passo correto do governo AKD. O fato mais comentado foi a obtenção, por AKD, de investimento chinês no valor de USD 3.7 bilhões para a refinaria em Hambantota, reduto da família Rajapaksa, que já conta com complexo portuário administrado pela China (concessão de 99 anos). Não obstante alguns comentários sobre possíveis implicações ambientais do novo projeto e sobre o necessário cuidado com a manutenção da soberania do país, o investimento tem sido visto muito positivamente, especialmente pelo seu potencial impacto nas reservas do Sri Lanka, uma vez que grande parte da produção da refinaria será destinada à exportação. ADK reiterou seu apreço pelo projeto Belt and Road Initiative (BRI) e os dois lados comprometeram-se a buscar novos espaços para cooperação, com vistas ao permanente desenvolvimento sustentável. O Presidente sri-lankês agradeceu o lado chinês pelo apoio prestado, especialmente durante a crise de 2022. Os dois países manifestaram o desejo de concluir as negociações, iniciadas em 2014, do tratado de livre comércio entre a China e Sri Lanka. ADK reiterou, ainda, a posição do Sri Lanka contrária à independência de Taiwan. A visita teria demonstrado, ainda, a consciência do governo AKD quanto ao delicado equilíbrio que é preciso manter em suas relações com a China e com a Índia, países que buscam permanentemente intensificar o nível de influência no Sri Lanka. Não por acaso, as duas primeiras viagens oficiais de AKD, com curto intervalo entre ambas, foram exatamente para contatos de altíssimo nível com esses dois parceiros.

Sri Lanka - América

Os Estados Unidos vêm, há décadas, ocupando o espaço que foi britânico no passado, já tendo alcançado a posição de terceiro maior parceiro comercial do Sri

Lanka, após a China e a Índia. Atualmente, no entanto, apenas 2,4% das importações do Sri Lanka são oriundas dos EUA. Por outro lado, os EUA constituem o principal mercado para os produtos sri-lankeses, respondendo por cerca de 24% das exportações do país (2024).

O governo do então PR Wickremesinghe teve como objetivo intensificar as relações bilaterais com países da América Latina, mediante mecanismos de consulta em diversos níveis, bem como ampliação do número de missões diplomáticas na região (atualmente, o Sri Lanka mantém embaixadas apenas no Brasil e em Cuba), incluindo Argentina, Colômbia, Chile, México, entre outros.

Sri Lanka – Oriente Médio

Com alguns países do Oriente Médio (onde residem cerca de três quartos dos nacionais sri-lankeses no exterior), como Emirados Árabes Unidos, Catar, Arábia Saudita e Kuwait, o Sri Lanka assinou uma série de acordos bilaterais com vistas a assegurar direitos trabalhistas no exterior a milhares de trabalhadores do país.

Sri Lanka – BRICS

Em 10/10/2024, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Sri Lanka, Vijitha Herath, enviou carta ao Sr. ME transmitindo interesse de seu país em aderir ao BRICS e ao Novo Banco de Desenvolvimento, solicitando apoio do Brasil nesse sentido.

Em 11/02/2025, o Sr. ME enviou carta ao chanceler Vijitha Herath, em resposta a pedido de apoio do Sri Lanka para adesão ao BRICS como País Parceiro e para endosso à sua candidatura como membro do Novo Banco de Desenvolvimento.

No mesmo dia, representante deste Ministério recebeu a Encarregada de Negócios do Sri Lanka no Brasil, que reiterou o interesse de seu país em tornar-se país parceiro do BRICS e em aderir ao NDB. A parte brasileira recordou as etapas para a adesão ao BRICS como país parceiro, a saber: manifestação formal de interesse; análise pelos membros do BRICS, com decisão tomada por consenso; e, caso haja consenso, comunicação ao país interessado, que confirma formalmente seu interesse e passa, então, à condição de país parceiro. Em seguida, informou que, durante a Cúpula de Kazan (2024), mais de 30 países manifestaram interesse em integrar o BRICS na condição de país parceiro. Após deliberação, na qual foram considerados os princípios, padrões e critérios estabelecidos para essa modalidade de associação, 12 países foram convidados, dos quais 9 aceitaram a proposta. Destacou, nesse contexto, que eventuais

novos anúncios se referem exclusivamente às respostas aos convites já emitidos em Kazan, e não a novos convites. Ressaltou que a prioridade atual do grupo é garantir a integração e adaptação dos novos membros antes de considerar nova rodada de expansão. Nesse sentido, sugeriu à diplomata que buscasse apoio junto a todos os países membros e não apenas junto à presidência, uma vez que a formalização de convites exige consenso entre os membros plenos. Quanto à adesão ao Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), esclareceu que o processo é distinto e independente da associação ao BRICS. Explicou que a entrada no banco está sujeita a análise técnica do próprio NDB e que nem todos os membros ou parceiros do BRICS são necessariamente membros da instituição.

Sri Lanka - Diáspora

A diáspora sri-lankesa era estimada em 10% da população até 2019, porém vinha sendo reduzida gradualmente e declinou para cerca de um quarto desse percentual, em decorrência das medidas de fechamento adotadas pelos países para combate à COVID-19. Avalia-se que a remessa de divisas por parte dos expatriados tem tido papel relevante para a economia do Sri Lanka. O governo conta inclusive com uma pasta específica, o Ministério de Promoção do Emprego no Exterior e Diversificação de Mercados, responsável por manter registro dos sri-lankeses emigrantes, prover orientações a esses trabalhadores e oferecer-lhes assessoria jurídica, entre outras funções.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia do Sri Lanka é baseada na produção de produtos primários, como chá, borracha, coco, grafite e pescado, além de produtos têxteis. Até o início dos anos 1990, o Sri Lanka era o maior exportador mundial de chá. A longa guerra civil, todavia, provocou sérios danos à economia do país. A queda na produção agrícola tornou o Sri Lanka grande importador de alimentos, quadro que se mantém até hoje.

Como reflexo de sua condição insular, o Sri Lanka apresenta elevada participação do comércio internacional em sua economia. As exportações de bens e serviços correspondem a cerca de 16% do PIB, ao passo que as importações respondem

por cerca de 23%. Em 2023, a corrente total de comércio registrou US\$ 36 bilhões. As exportações alcançaram US\$ 17,3 bilhões, enquanto que as importações totalizaram US\$ 18,7 bilhões, perfazendo saldo deficitário de US\$ 1,5 bilhões. Os principais mercados das exportações sri-lankesas são EUA, Reino Unido, Índia e Alemanha. As principais fontes de suas importações são China, Índia e Emirados Árabes Unidos. O Sri Lanka exporta, predominantemente, itens de vestuário; café, chá, mate e especiarias e borracha e seus subprodutos. Os importados consistem, sobretudo, em óleos e combustíveis; máquinas, inclusive elétricas; e tecidos.

Em 2017, o Sri Lanka recuperou seu status de comércio preferencial, ao abrigo do Sistema Geral de Preferências da União Europeia (GSP plus). O país enfrenta, contudo, desafios para construir uma economia de exportação, o que demandaria maior atração de investidores e o estabelecimento de zonas especiais de exportação, além de maiores investimentos na reconstrução da infraestrutura econômica do país.

O alto custo da energia é o maior problema enfrentado pela indústria. O país é grande importador de óleos combustíveis e estabeleceu a meta de alcançar, até 2030, 70% da energia consumida no país proveniente de fontes renováveis (solar e eólica) e, até 2050, neutralidade na emissão de carbono.

O Sri Lanka viveu, em 2022, sua pior crise econômica desde a independência. Naquele ano, a economia contraiu 7,8% e, segundo dados do Banco Mundial, encolheu 7,9% na primeira metade de 2023. Em 2021, a economia sri-lankesa havia crescido 3,6%, após ter registrado queda da mesma ordem em 2020, em razão da pandemia de COVID-19. O fechamento das fronteiras e outras consequências da pandemia acarretaram perda anual de US\$ 3 a 4 bilhões nas receitas com turismo, que respondem por cerca de 12% do PIB do país e constituem a terceira fonte de ingresso de moeda estrangeira. O setor de turismo já havia sido impactado pelos atentados terroristas, em abril de 2019, que atingiram igrejas e hotéis de luxo no país.

A guerra na Ucrânia agravou ainda mais a situação, já que cerca de 30% dos turistas eram procedentes de Rússia, Ucrânia, Polônia e Belarus. A crise alimentar acentuou-se mais recentemente com a guerra na Ucrânia, uma vez que, embora o país europeu e a Rússia constituam, juntos, a origem de apenas 2% das importações sri-lankesas, respondem por 45% do trigo importado, e mais da metade das compras de soja, ervilhas, óleo e sementes de girassol vem da Ucrânia.

Esse quadro foi agravado pelo corte de impostos promovido pelo ex-então presidente Gotabaya Rajapaksa em 2019 e pela decisão de proibir o uso de fertilizantes sintéticos no país. Nesse contexto, a produção agrícola e as reservas de moeda

estrangeira caíram vertiginosamente, levando o país a enfrentar escassez de alimentos, combustíveis, medicamentos e energia elétrica.

Em abril de 2022, no auge da crise econômica, o país havia anunciado uma suspensão do serviço da dívida externa, enquanto aguardava a reestruturação da dívida. A inflação global atingiu um pico de 69,8% em setembro de 2022 e posteriormente diminuiu acentuadamente para 4% em agosto de 2023. A desaceleração da inflação foi benéfica para o bem-estar das famílias e ajudou a limitar novos aumentos na insegurança alimentar e na subnutrição, especialmente entre as famílias mais pobres.

Em março de 2023, o FMI anunciou a aprovação, por seu Conselho Executivo, de acordo com o Sri Lanka, no âmbito da "Extended Fund Facility (EFF)". De acordo com o programa submetido pelo governo sri-lankês, o país terá acesso a até USD 7 bilhões (do FMI e de outras instituições financeiras), sendo que cerca de USD 3 bilhões estariam sendo postos à disposição imediatamente. A aprovação aconteceu quase um ano após o início das negociações. De acordo com o governo, o programa "Back on Track", agora viável com a disponibilidade de fundos, tem por objetivo restaurar a credibilidade internacional do país, restabelecer a posição do Sri Lanka como destino confiável para investidores estrangeiros, aumentar o nível de confiança dos consumidores e atrair crescentes números de turistas internacionais. O então Presidente chamou a aprovação do resgate (bailout) de "historic milestone" e voltou a reiterar o seu comprometimento com a restauração da estabilidade macroeconômica.

Em janeiro de 2024, o Chanceler Ali Sabry, por meio de briefing ao Corpo Diplomático, informou que o fluxo de turistas duplicou em 2023. O turismo é pauta central para a recuperação econômica do país. Além disso, o Ministro reconheceu que as medidas de aumento de imposto (em especial o VAT) são vistas negativamente pela sociedade, mas reiterou que elas são vitais para a recuperação econômica do país.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Século VI a. c.	Povo cingalês (ou sinhala) migra para a ilha a partir de Bengala, no subcontinente indiano
Século III a. c.	Introdução do budismo
1505	Chegada dos portugueses a Colombo.
1815	Tomada do poder sobre toda a ilha pelos britânicos. Trabalhadores tâmeis do Sul da Índia são trazidos para trabalhar nas plantações de chá, café e coco.
1948	Independência do Ceilão (04/02).
1976	Formação dos Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (LTTE). As tensões intensificam-se em áreas dominadas por tâmeis ao Norte e ao Leste do país.
1983	Para o LTTE, início da “Primeira Guerra da Pátria Tâmil”.
1987	Confinamento do LTTE, na cidade de Jaffna, por Forças do governo. Criação de novos Conselhos para as áreas tâmeis, ao norte e ao leste do país. Colombo solicita à Índia o envio de força de manutenção da paz.
1990	Tropas indianas deixam o país após derrotas no norte da ilha. Início da “Segunda Guerra da Pátria Tâmil”.
1993	Ataque a bomba, perpetrado pelo LTTE, mata o então Presidente Premadasa.
1994	Presidente Kumaratunga chega ao poder e promete encerrar a guerra civil. Negociações de paz iniciam-se com o LTTE.
1995	Deflagração da “Terceira Guerra da Pátria Tâmil”.
2002	Cessar-fogo entre o governo sri-lankês e os Tigres Tâmeis, intermediado pela Noruega. Início do processo de desarmamento. Suspensão do banimento dos Tigres Tâmeis pelo governo.
2003	Retirada das negociações pelos Tigres Tâmeis, mas cessar-fogo persiste. Morte de mais de 200 pessoas e mais de 4 mil desabrigadas em decorrência da pior enchente do país.
2004	Cisão no movimento dos Tigres Tâmeis provocada pelo comandante Karuna. Retomada do controle do Leste do país pelos Tigres. Ataque a

	bomba em Colombo. Morte de mais de 30 mil pessoas causada por tsunami.
2005	Estado de Emergência após o assassinato do ministro das Relações Exteriores. Vitória do primeiro-ministro Mahinda Rajapaksa nas eleições presidenciais.
2006	Reinício dos atentados e das hostilidades.
2007	Captura da fortaleza dos Tigres Tâmeis, em Vakarai, no Leste, por militares sri-lankeses. Deslocamento de dezenas de milhares de civis nas áreas de conflito. Remoção dos rebeldes de seu último reduto na selva do Leste (Thoppigala), segundo o governo sri-lankês.
2008	Início de intensa campanha militar contra os rebeldes separatistas no Norte. Execução de graves atentados terroristas em diferentes lugares, inclusive na capital. Pedido de retirada de todos os prestadores de ajuda humanitária das áreas sob o domínio pelo governo.
2009	Tomada, pelo governo, do último território controlado pelos Tigres e morte de seu líder, Velupillai Prabhakaran. Abandono da luta armada pelo LTTE. Captura do novo líder dos Tigres, Selavarasa Pathmanathan, no exterior. Suspensão do Sri Lanka do Sistema Geral de Preferências comerciais da União Europeia, em razão das supostas violações de direitos humanos ocorridas naquele país.
2010	Reeleição do presidente Mahinda Rajapaksa e prisão de seu principal oponente, gen. Sarath Fonseka, sob acusação de conspiração. Dissolução do Parlamento pelo presidente Rajapaksa. Início dos trabalhos da corte marcial que julgará o general. Eleições parlamentares. Criação do Grupo de Peritos da ONU para investigar supostas violações de direitos humanos no Sri Lanka. Manifestações de repulsa à decisão do SGNU pelo governo sri-lankês.
2011	1ª Conferência sobre Reconciliação Nacional. O governo anuncia censo para aferir número de mortos durante ofensiva final do Exército contra os Tigres Tâmeis. Eleições regionais. Eleições no norte do país pela primeira vez em quase trinta anos.
2012	Os Estados Unidos apresentam projetos de resolução sobre a questão dos direitos humanos no Sri Lanka, durante 19ª Convenção da CDH da ONU, desencadeando ampla ofensiva diplomática sri-lankesa contra a iniciativa.

2015	Maithripala Sirisena é eleito presidente, como candidato comum da oposição, nas eleições disputadas com Mahinda Rajapaksa. Elege-se pelo Partido Nacional Unido (UNP).
2016	Sri Lanka recupera o status de comércio preferencial, ao abrigo do Sistema de Preferências Generalizadas da União Europeia (GSP plus).
2018	Presidente Maithripala Sirisena destitui Ranil Wickremesinghe do cargo de primeiro-ministro, colocando em seu lugar o ex-presidente Mahinda Rajapaksa. Dissolução do parlamento pelo presidente Sirisena. Decisão da Suprema Corte sobre constitucionalidade da dissolução do parlamento. Recondução do primeiro-ministro Wickremesinghe ao cargo
2019	Atentados em igrejas católicas e hotéis vitimam mais de 200 pessoas no domingo de Páscoa. Vitória de Gotabaya Rajapaksa nas eleições presidenciais. Nomeação de seu irmão e ex-presidente, Mahinda, ao cargo de primeiro-ministro.
2020	Vitória do Partido do Povo do Sri Lanka, de Gotabaya e Mahinda Rajapaksa, nas eleições parlamentares. Entrada em vigor de reforma constitucional que promoveu maior centralização do poder no executivo presidencial.
2021	Aprovação, pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, da Resolução "Promoting reconciliation, accountability and human rights in Sri Lanka".
2022	Agravamento da crise financeira e de desabastecimento do país leva, após intensos protestos populares, à renúncia do gabinete ministerial (4/4) e do PM Mahinda Rajapaksa (9/5). Ranil Wickremesinghe nomeado primeiro-ministro (12/5) e, em seguida, presidente (15/7).
2024	Anura Kumara Dissanayake (AKD), da coligação partidária "National People's Power"(NPP), ganhou a eleição presidencial de com 42% dos votos e tornou-se o nono Presidente Executivo do Sri Lanka

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1960	Estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Sri Lanka (22/01) e abertura da Embaixada não-residente em Colombo, cumulativa com Nova Déli
-------------	---

1961	Abertura da Embaixada Residente em Colombo
1967	Suspensão das atividades da Embaixada do Brasil em Colombo. Retorno à cumulatividade com Nova Déli
1969	Criação do Consulado Honorário do Brasil em Colombo
1998	Visita ao Brasil do ministro da Justiça, dos Assuntos Constitucionais, dos Assuntos Étnicos e da Integração do Sri Lanka, professor G. L. Peiris
2001	Abertura da Embaixada do Sri Lanka em Brasília
2004	Brasil encaminha ajuda humanitária às vítimas do tsunami (dezembro)
2005	Visita ao Brasil do ministro da Ciência e Tecnologia do Sri Lanka, Tissa Vitarana. Visita ao Sri Lanka do enviado especial do presidente da República, embaixador em Nova Deli, José Vicente Pimentel. Criação da Embaixada do Brasil em Colombo
2007	Encontro bilateral do ministro Celso Amorim com o chanceler do Sri Lanka, Rohitha Bogollagama, à margem da 62ª AGNU. Reinício das atividades da Embaixada do Brasil em Colombo (dezembro)
2008	Encontro entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Mahinda Rajapaksa à margem da Conferência de Alto Nível da FAO sobre Segurança Alimentar, em Roma. Visita ao Brasil do chanceler Rohitha Bogollagama, acompanhado pelo ministro do Desenvolvimento da Habitação, Geethanjana Gunawardena
2010	Doação de US\$ 900 mil ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) para apoio a deslocados internos
2011	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Ratnasiri Wickramanayaka, para participar da cerimônia de posse da presidente Dilma Rousseff (janeiro). Visita ao Sri Lanka do Ministro Antônio Patriota (março)
2012	Visita ao Brasil do presidente Mahinda Rajapaksa, para participar da Conferência Rio+20 (junho)
2013	Visita do chanceler professor G. L. Peiris ao Brasil (fevereiro)
2017	Visita ao Sri Lanka de missão setorial da borracha do Estado de Goiás

2018	Visita ao Brasil do ministro da Irrigação e de Recursos Hídricos, Gamini Vijith Wijayamuni Zoysa, como chefe de delegação ao 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília (março)
2020	Comemoração de 60 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Sri Lanka
2022	Realização de reuniões técnicas entre a Universidade de Federal de Viçosa e a Universidade Federal de São Carlos e contrapartes sri-lankesa no âmbito de negociações para cooperação em criação de gado leiteiro e cana-de-açúcar, respectivamente 1ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Sri Lanka (28/11)
2023	Encontro do ME com o Ministro de Negócios Estrangeiros do Sri Lanka, Ali Sabry, na sequência da reunião de Chanceleres do G20, em Nova Delhi (3/3) Visita técnica da ABC ao Sri Lanka para cooperação em criação de gado leiteiro e cana-de-açúcar (10 a 21 de junho) Encontro do Sr. PR com o então Presidente Ranil Wickremesinghe, à margem da COP 28, em Dubai (dezembro)
2024	Encontro da Sra. Dilma Rousseff com a Secretária de Relações Exteriores do Ministério dos Assuntos Estrangeiros do Sri Lanka, senhora Aruni Wijewardene, à margem da Cúpula do BRICS, em Kazan (23/10/2024).

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo Básico de Cooperação Técnica	16/09/2008	25/08/2010	26/08/2010
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomático, Oficial e de Serviço	07/03/2011	17/02/2012	13/02/2012
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo para Consultas Políticas.	07/03/2011	07/03/2011	_____
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	08/02/2013	07/02/2018	11/04/2019
Acordo sobre Serviços Aéreos	06/12/2017	04/11/2022	06/02/2025